

Cultura material e arqueologia: os remanescentes arqueológicos indígenas no território da antiga Colônia Alfredo Chaves

Valéria Pedron¹

Introdução

A pré-história da região nordeste do Rio Grande do Sul – neste caso, as áreas que formavam a antiga Colônia Alfredo Chaves – teve seu final somente após 1850, com a implantação de colônias de povoamento e com a vinda de imigrantes europeus. Muito embora já haviam conflitos esporádicos entre os povos indígenas contra tropeiros e viajantes. Aos fins de 1880, o território onde se estabeleceu a Colônia Alfredo Chaves era habitado por grupos indígenas que foram desapropriados de suas terras para abrir espaço ao novo sistema que o Governo Imperial Brasileiro e o Governo Provincial do Rio Grande do Sul vinham estruturando para dar uso e reafirmar a conquista territorial das terras ditas como “desabitadas”.

Os conflitos entre os imigrantes com as populações indígenas ocasionaram em incontáveis massacres, tanto referente a vida quanto a cultura ali estabelecida. Esse passado conflituoso que aponta para a fricção étnica que se desenvolveu ao longo desse processo entre os grupos foi estrategicamente esquecido pela história e, como consequência, na atualidade, muitos indivíduos da sociedade desacreditam a existência do indígena habitando o território da Colônia Alfredo Chaves antes da chegada do imigrante. Buscando evidenciar e desmistificar a ideia fortemente construída acerca da existência de áreas devolutas e desabitadas no Rio Grande do Sul durante o processo de imigração europeia, os remanescentes da cultura material dos povos indígenas passou a tomar espaço nos meios acadêmicos e, assim, possibilitou que a história pré-colonial da Colônia Alfredo Chaves venha a ser reconhecida pelo meio científico e popular.

¹ Graduada em História (2020) pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Bolsista da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF).

Apresentar a cultura material indígena através da arqueologia possibilita compreender parte do processo de ocupação humana no território do Rio Grande do Sul, especialmente da região nordeste do estado. Além do mais, é uma alternativa que busca estabelecer um panorama geral referente à diversidade étnica dos povos que antecederam o imigrante europeu, transformando a cultura material em uma fonte importante para a pesquisa acadêmica.

1. A temporalidade e espacialidade da exploração colonial e a consolidação da Colônia Alfredo Chaves

Quando pensamos nas questões que circundam a temporalidade da exploração colonial que atingiu os povos nativos da América, a percebemos como multifacetada, visto que, apesar da invasão evidente do não-nativo, a colonização não ocorreu em um tempo simultâneo em todas as localidades, muito pelo contrário; ela entranhou-se e alastrou-se pelo território do Rio Grande do Sul de forma gradativa.

Os dados arqueológicos levantados durante essa pesquisa e o cruzamento das informações evidenciam a ocupação da região em estudo por grupos caçadores-coletores, em um primeiro momento, e ceramistas-horticultores em seguida. Os ambientes de estudos nos mostram formas diferentes de adaptação e de interação entre os grupos com o espaço que exploravam. Locais que comumente são apontados pela presença de uma única Tradição foram, na verdade, explorados por diferentes sociedades étnicas que criaram seus próprios contextos e ocuparam espaços que nem sempre lhes era característico.

Nos princípios de 1800, o Rio Grande do Sul estava dividido em apenas quatro unidades político-administrativas: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. A partir dessas unidades, o território foi se fragmentando e, como consequência, formando novos municípios. Nosso ambiente de pesquisa pertencia, neste momento, a Santo Antônio da Patrulha (1809), que no ano de 1878 teve seu território fragmentado e originou em Vacaria, seguido por Lagoa Vermelha (1881) e Alfredo Chaves (1898)².

² Após a fragmentação da Colônia Alfredo Chaves, surgiram os municípios de Nova Prata (1924), Cotiporã (1982), Fagundes Varela (1987), Vila Flores (1988), Nova Bassano (1964), Nova Araçá

Esse processo de colonização foi responsável pela destruição do território indígena para a elaboração de uma nova forma fundiária. Neste momento, uma reterritorialização não foi devidamente pensada, tanto que a área que pertencia a Colônia Alfredo Chaves sequer conta com um assentamento indígena, todos aqueles que não morreram, foram realocados em locais muito mais distantes.

Todavia, embora a maioria dos grupos indígenas tenham sido forçados a abandonar a vida nômade, de livre deslocamento pelos territórios, o espaço continua se apresentando como algo imprescindível em suas vidas, seja para suas moradias, convivências e até para a manutenção das suas atividades cotidianas.

No tocante a realidade da região em estudo, que é o espaço de foco da presente pesquisa, podemos afirmar que por ser uma área mais remota, teve sua colonização mais tardia, apenas durante a década de 1880, e que ocorreu devido ao fato de que as terras circundantes já haviam sido ocupadas. Isso faz com que a região em análise possua um outro marco temporal de ocupação colonial.

A colonização tardia do território não significou que seus antigos habitantes não haviam sido noticiados da presença de estrangeiros: certamente eles já tinham conhecimento da chegada do homem branco, talvez não pelo próprio contato visual, mas sim pelas informações que eram repassadas de um grupo a outro. Assim como sabiam também dos conflitos que ocorriam fora do território de domínio da aldeia, dos massacres, expulsões e dos locais para onde as populações eram realocadas para ceder espaço ao novo “dono”.

Quando chegaram os europeus, todo território do Rio Grande do Sul era povoado por milhares de grupos indígenas, que estavam espalhados pelas paisagens diversas do sul do Brasil, cada um deles organizados política e socialmente, detentores de um vasto legado cultural, pertencentes a diversas etnias. Eles dominavam o território antes da invasão europeia, que deu origem ao genocídio de centenas de grupos indígenas e a uma imensa miscigenação³.

(1964), Paraí (1965), São Jorge (1987) Guabiju (1987), Protásio Alves (1988) e Vista Alegre do Prata (1988).

³ É um processo ou resultado da reprodução humana de diferentes grupos étnicos geneticamente diversos.

Esse contato entre o nativo americano e o europeu ocasionou notáveis transformações socio culturais, na maioria das vezes forçadas, e, principalmente, grandes alterações dos costumes tradicionais dos grupos indígenas num processo gradual que Kern denomina de europeização (2009, p. 17).

Devido a quase total ocupação territorial da Colônias de Caxias do Sul, Conde d'Eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves) e, conseqüentemente, a falta de terras para colonizar, alguns grupos de imigrantes iniciaram a travessia do Rio das Antas a fim de se estabelecer no território. O Governo viu a necessidade de solicitar à inspetoria geral de colonização um novo planejamento para a criação de uma nova colônia. Deste modo, em 1884, sob a direção do Engenheiro Júlio da Silva Oliveira, iniciou-se a demarcação e estabelecimento dos primeiros imigrantes no que passou a ser a Colônia de Alfredo Chaves, local este onde habitavam os povos indígenas.

Até o final do século XVIII, as atividades – principalmente agrícolas – na região da Colônia de Alfredo Chaves e nos entornos do Rio das Antas, limitaram-se a ocasionais e esporádicas ações de grupos indígenas, que já sentiam as conseqüências da presença europeia em suas terras. Foi a partir do século XIX que se iniciaram algumas incursões de tropeiros, fazendeiros e balseiros que aumentaram à medida que crescia a população. Houveram grandes conflitos contra os indígenas que acabaram mortos ou foram forçados a deixar suas terras.

Criticamos aqui a afirmação de Becker que diz que a colonização das colônias de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi e Veranópolis não exerceram influência sobre as populações indígenas devido ao fato de que a partilha das terras haviam sido superadas, ocasionando apenas raros e pacíficos contatos com o colonizador (2006, 129-130). Para que não houvessem esses conflitos entre o colonizador e o indígena, houveram campanhas anteriores que impuseram a retirada dos nativos do seu território. Afirmar que a expulsão de suas próprias terras é algo “superado” dá a entender que os povos nativos simplesmente aceitaram sair de suas terras para dar espaço a outros.

Dornelles critica alguns apagamentos historiográficos acerca da contribuição do indígena no desenvolvimento das colônias de povoamento dos imigrantes, afirmando que, muitas vezes, eles “cediam sua mão-de-obra para a construção de obras públicas e abertura de estradas (...) Entretanto, em termos

historiográficos, esse contato não foi apresentado, corroborando a ideia de que o encontro entre esses grupos não aconteceu” (2011, p. 6)

Não pretendemos aqui culpabilizar o imigrante europeu que, em alguns casos, também foi vítima deste processo. Mas sim expor as raízes dos problemas que circundam ambos os grupos étnicos, seja pela construção de um preconceito estabelecido em relação ao outro, ou pelo próprio problema das terras que são um debate constante. Ambas as etnias viviam uma tensa situação “enquanto o colono tentava se estabelecer nas terras que lhe cabiam por determinação imperial, [o indígena] via a penetração efetiva nas terras onde havia nascido. Enquanto os primeiros sofriam com a presença do índio, este, por sua vez, só tinha como única alternativa, a retirada” (BECKER, 2006, p. 129).

Ou seja, ambos são sujeitos históricos, que respondiam aos seus contextos. A colonização da América estava fadada a acontecer, mas por quê? Porque o mundo europeu estava em expansão e, hora ou outra o “novo mundo” seria “descoberto”. Essa expansão deve ser compreendida como uma demanda que era existente daquele contexto histórico do ano de 1500 e posteriormente a este.

Em suma, estas áreas onde se estabeleceram essas colônias, especialmente a Colônia Alfredo Chaves – que é o foco principal dessa pesquisa – constituíam o “território tradicional” indígena. Nestes locais já havia a problemática da fronteira étnica muito antes do contato com os europeus, visto que os grupos indígenas Kaingang e Guarani – e outras etnias – disputavam entre si as áreas de caça e coleta (BRINGMANN, 2009, p. 3).

Durante a colonização europeia e segundo os relatos manuscritos de colonizadores da época, toda a mata subtropical estava povoada por povos indígenas. Schmitz diz que não era possível seguir com “novas expansões e a população deveria se defrontar com um sério impasse, provavelmente não consciente, mas registrado pelos missionários espanhóis, que escreveram não existir nas matas um só lugar de terra suficientemente conservado para organizar uma missão” (2006, p. 37-48).

A relação do indígena com o seu território modificou-se drasticamente a partir do contato com o europeu, que impõem novos padrões de comportamento associados o papel social humano. Neste caso, segundo Bringmann, o contexto histórico da fronteira, “entendida no sentido de

transmutação de valores e ideais, está intimamente articulada com outros processos históricos de descoberta e colonização europeias, seja nas Américas ou em outros continentes que sofreram as consequências do fenômeno” (2009, p. 4). Houve, dessa forma, além da ocupação das terras, um atrito entre os grupos étnicos que resultou na apropriação de práticas, como o manejo e cultivo de plantações e da terra em si, de hábitos alimentares, resultou em inúmeros conflitos e, muitas vezes, no quase que desaparecimento de muitos dos antigos costumes, especialmente no caso dos indígenas.

Mas não foi tudo que se perdeu durante esse contato com o não-nativo, a língua ficou conservada, embora muitas tenham desaparecido pelo território brasileiro; manteve-se a estrutura política guiada pela figura do cacique e dos pajés; algumas atividades de produção coletiva (SCHMITZ, 2006, p. 51-52) e até mesmo o manejo de plantas e ervas. Embora muita coisa tenha sido modificada através desse contato, muitos aspectos que marcam essas culturas permaneceram dentro do cotidiano dos grupos, repassados de geração para geração e também sofrendo alterações ao longo do tempo. A cultura de um povo não é algo imutável, ela está em constante transformação e contato com outras culturas.

2. Vestígios arqueológicos indígenas na Colônia Alfredo Chaves

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, investigamos os municípios de Veranópolis, Vista Alegre do Prata, Nova Prata, Protásio Alves, Paraí e Cotiporã. Destacamos, ainda, que não foram contemplados por esta pesquisa todos os municípios que pertenceram à Colônia Alfredo Chaves, ficando de fora as análises dos municípios de Fagundes Varela, Nova Bassano e Nova Araçá que não foram contemplados pelos estudos por dois motivos: o primeiro deles e mais importante está ligado a dificuldade de acesso às fontes, e o segundo ao tempo hábil para prospectar com maior profundidade. Além disso, o presente artigo é fruto de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida desde o ano de 2019 e que objetiva identificar aspectos da presença indígena na região. Embora muitas informações tenham sido coletadas ao longo deste período, aqui apresentaremos apenas algumas delas.

As áreas averiguadas localizam-se na região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, na bacia hidrográfica do Rio Taquari-Antas, mais especificadamente, na região do Médio Taquari, que é a localidade onde as

pesquisas foram desenvolvidas, em vários municípios. Fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Taquari o Rio Turvo, Rio Carreiro, Rio Guaporé e Rio Forqueta e outros afluentes menores que percorrem o território. A região nordeste do estado “é caracterizada por duas unidades geológicas distintas, quais sejam, a Formação Botucatu e a Formação Serra Geral.” A primeira, segundo os autores, “é constituída por arenitos eólicos, de granulação de média a fina e estratificação cruzada”. Já a segunda apresenta “basaltos de pouca cristalização, possuindo zonas de fratura ou diaclasamento descontínuo, em função da velocidade em que ocorreu o resfriamento” (BISSA; DIAS; CATHARINO, 2009, P. 145)

Sobre a região da Serra Gaúcha podemos afirmar que o “seu relevo é acidentado, seu clima, mais fresco e úmido, seu solo, exposto a uma erosão mais intensa” (ROCHE, 1969, p. 195). Devido aos verões quentes e aos invernos rigorosos, em que é comum a ocorrência de geadas, o clima define-se como subtropical, com chuvas regularmente distribuídas ao longo do ano. A vegetação é composta por pinheirais e por mata subtropical.

No que tange as pesquisas arqueológicas na região, identificamos pouco material, limitando-se a localidades específicas, que não abrangem um contexto geral ou até mesmo regional. Comumente, ao se tratar da presença indígena, alguns poucos indivíduos das comunidades locais possuem conhecimento e a maioria deles creem que apenas houveram povos de Tradição Taquara, ou os “coroados” popularmente conhecidos.

Nossa proposta é, também, apontar para a “ocupação múltipla” do território, ou seja, a existência de mais de um grupo étnico explorando a localidade. Essa região é tida como uma área cuja ocupação humana é fortemente demarcada pela presença dos povos de Tradição Taquara devido aos seus fatores paisagísticos e climáticos. Sobre isso, Mantelli (2006, p. 270) afirma que “a influência da natureza deve ser considerada não como fator determinante no processo de ocupação” humana no Rio Grande do Sul, “mas como um dos elementos que tiveram uma participação significativa no processo de ocupação regional”. Ou seja, não se deve descartar a possibilidade de que essas áreas tenham sido ocupadas por povos de matrizes diferentes.

Devido às características das construções pré-coloniais, Fogaça afirma que pouco restou dos bens materiais das habitações dos indígenas na região da antiga colônia. Durante o processo da ocupação do território por imigrantes,

procurou-se destruir e minimizar o patrimônio anterior, que gradativamente foi sendo substituído pelo novo, como forma de reafirmação da conquista e domínio territorial (2019, p. 45). Porém, como segue afirmando a autora, “os bens imateriais da cultura indígena estão presentes na região até os dias de hoje como a tradição da colheita do pinhão (fruto do pinheiro da araucária), a tradição do chimarrão, o cultivo de plantas medicinais e a presença sazonal dos indígenas as margens da RS 470 para a venda de artesanato” (FOGAÇA, 2019, p. 45).

Dentre os remanescentes arqueológicos indígenas identificados no município de Veranópolis, apontamos para o ponto turístico denominado de “Gruta Indígena” (figura 1), localizada na comunidade de Monte Bérico, interior do município. A formação rochosa possui cerca de 28 metros de largura e 67 metros de profundidade, sendo atualmente um dos maiores pontos turísticos da localidade, cujo entorno sofreu grandes alterações para facilitar o acesso dos visitantes ao seu interior, como abertura e limpeza de trilhas, construção de deck de madeira na entrada para fotografias e instalação de energia elétrica.

Figura 1 - Gruta indígena de Veranópolis



Fonte: Acervo da autora.

Sobre a gruta, o Anuário de Veranópolis do ano de 1972 aponta que foram removidas duas mil toneladas de material da caverna indígena e enviado aos Estados Unidos para estudo. Os estudos concluíram que a ocupação da caverna data de 5.000 anos a.C. e que foi habitada por diferentes civilizações.

Todavia, o material identificado não retornou para a referida comunidade, nem os estudos que foram realizados referente a mesma. Vicroski afirma que os ao identificar um sítio de valor arqueológico e histórico, “os vestígios arqueológicos ali presentes deverão ser removidos e enviados para estudos, as informações resultantes de sua análise poderão retornar à sociedade” (VICROSKI, 2011, p. 23) posteriormente. Porém, percebe-se que esse não foi o caso da Gruta Indígena de Veranópolis, cujas informações escassas impossibilitam um estudo de caso mais aprofundado.

O sumiço de acervos, não apenas da Gruta Indígena de Veranópolis, mas a própria destruição de sítios arqueológicos, fazem parte da política de apagamento da presença indígena no território, como uma estratégia de reafirmar a conquista territorial e negar aos indígenas qualquer possível reivindicação. Essa negação foi construída no imaginário do imigrante e repassada aos seus descendentes, orientados a negar e destruir qualquer evidência que apontasse para uma ocupação anterior a sua. Foi uma política que, além de tudo isso, construiu na sociedade o medo perante o desconhecido, o “outro”.

Durante uma rápida visita técnica realizada, identificamos um artefato (figura 2) no chão da entrada da referida gruta. O objeto foi fotografado sobre uma superfície branca para facilitar a visualização e deixado no mesmo local em que foi encontrado para que possa contribuir para novas pesquisas arqueológicas que possam vir a acontecer futuramente. Destacamos a importância de não remover os artefatos do seu local de origem sem uma autorização prévia dos órgãos competentes da área, com projeto e plano de trabalho a ser seguido. Retirar as peças ocasiona na descontextualização de seu histórico no ambiente em que se encontra.

A peça identificada é denominada pela arqueologia de raspador, e, segundo Kern, era utilizado para tirar ou limpar o couro de animais (2009, p. 29) ou para cortar a carne dos mesmos. O artefato possui técnicas de lascamento em todas as laterais e em uma das superfícies, possui cerca de 3,5cm de comprimento e 2,5cm de largura.

Figura 2 - Raspador lítico lascado



Fonte: Acervo da autora.

Segundo o que conta a população, bem como as placas orientativas existentes durante o percurso da trilha que dá acesso ao local, os povos que habitaram a formação rochosa possuíam uma grande dificuldade de acesso à caverna devido à inclinação natural do relevo, e para isso, as descidas até seu interior eram feitas pela parte de cima da caverna com o auxílio de cipós, algo que ainda está muito presente nos arredores da gruta.

Apontamos, também, para um importante estudo realizado por Ademir José Machado, que visa averiguar a presença da tradição Tupiguarani na região do médio Rio das Antas, afluente que banha o referido município e marco divisor entre este com Bento Gonçalves. O trabalho realizado corresponde a análise e interpretação de alguns “dados obtidos no Programa de Arqueologia, desenvolvido pelo Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul, durante a instalação do Complexo Energético Rio das Antas, mais especificamente, a área da UHE 14 de Julho e imediações” (MACHADO, 2008, p. 9). Durante a pesquisa arqueológica realizada nas margens do Rio das Antas, foram identificados 52 sítios

arqueológicos, sendo estes distribuídos em ambos os lados do afluente, contemplando os municípios de Veranópolis, Cotiporã e Bento Gonçalves (sendo que este último não será apresentado neste trabalho).

Os sítios arqueológicos indígenas identificados na margem do Rio das Antas pertencentes ao município de Veranópolis possuem uma quantidade considerável de artefatos líticos, sendo que a maioria deles recebe o tratamento de lascamento em sua confecção, além de diversos fragmentos de cerâmicas que contribuem para a identificação da tradição a que pertencem os grupos humanos que as produziram.

A indústria lítica e cerâmica é bastante evidente nestes sítios arqueológicos e possuem uma grande contribuição para a pesquisa acerca da ocupação humana pré-colonial na região Nordeste do Rio Grande do Sul. Dentre o vasto acervo disponível, selecionamos algumas imagens (figura 3) a fim de apresentar superficialmente os materiais disponíveis em alguns dos sítios acima apontados.

Figura 3 - Artefatos líticos e cerâmicos no vale do Rio das Antas



Fonte: Machado, 2008, p. 82-88

Neste trabalho de prospecção arqueológica realizado por especialistas e, posteriormente, compilados no trabalho de Machado, percebemos que a área nas margens do Rio das Antas era favorável para a implantação dos grupos de ceramistas-horticultores Tupiguarani. Todavia, devido ao pouco material identificado e o tamanho dos próprios sítios levantamos a hipótese de que não havia uma grande oferta alimentar que possibilitasse o desenvolvimento de grupos maiores. Também, a baixa quantidade de itens pode induzir a conclusão de que os espaços foram de rápida ocupação, ou seja, locais de passagem ou de moradia provisória. Sobre a ocupação Tupiguarani no espaço estudado, Machado afirma que “estaria associada a uma ocupação tardia (A.D. 1300 e 1500). Nesse sentido, a presença do escovado e ungulado com boa representatividade e a diminuição do corrugado são indicativos de uma ocupação recente” (2008, p. 208).

Devido ao fato de que os sítios averiguados possuem, em sua totalidade, vestígios arqueológicos dos povos de tradição Tupiguarani, consideramos que possivelmente a área não era muito atrativa para outros grupos, como os povos de Tradição Taquara, Umbu e Humaitá. Todavia, a hipótese destes grupos terem frequentado esses locais não deve ser descartada, uma vez que seriam necessários estudos mais aprofundados a fim de coletar o material que está abaixo da superfície. É possível que tenha, também, ocorrido várias fases cronologicamente diferentes de ocupação, ou seja, uma sobreposição de tradições e até mesmo de grupos da mesma etnia, formando vários ciclos de ocupação, onde os grupos se deslocavam conforme as necessidades e a disponibilidade de recursos.

É igualmente necessário levar em conta a área de abrangência da pesquisa, ou seja, limitada à área de influência do empreendimento licenciado, portanto, contemplando predominantemente um perímetro mais propício às ocupações da Tradição Tupiguarani. O estudo não esmiuçou o ambiente serrano do entorno, onde há condições ambientais compatíveis com os padrões de assentamento da Tradição Taquara ou mesmo de caçadores-coletores.

Embora, na atualidade, o território de Cotiporã seja habitado por indivíduos descendentes deste processo migratório dos fins do século XIX, alguns trabalhos arqueológicos mais recentes apontam para a presença de povos indígenas distribuídos pelo espaço e fazendo uso dos recursos ali disponíveis. Novamente, destacamos a importância do trabalho de Ademir José Machado

que, como pontuado no capítulo que retrata aspectos acerca da presença indígena em Veranópolis, foi de grande contribuição para a compreensão da ocupação do espaço em uma linha de tempo contínua.

Os sítios arqueológicos indígenas identificados na margem do Rio das Antas pertencentes ao município de Cotiporã possuem uma quantidade considerável de artefatos líticos (figura 4), sendo que a maioria deles recebe o tratamento de lascamento em sua confecção, além de diversos fragmentos de cerâmicas que contribuem para a identificação da tradição a que pertencem os grupos humanos que as produziram. Dentre as tradições indígenas ali existentes, os estudos apontam para a presença de povos Tupiguarani em maior escala e Umbu em menor escala.

Figura 4 –Remanescentes arqueológicos indígenas de Cotiporã



Fonte: MACHADO, 2008, p. 100.

Em Paraí, a comunidade local identificou alguns artefatos líticos deixados pelas populações indígenas (figura 5). Os artefatos foram recolhidos por agricultores que os identificaram em meio a lavoura de plantio e os guardaram como “recordação” de um passado que antecedeu o imigrante ou, em grande parte das vezes, eram recolhidos por serem considerados bonitos e curiosos.

Figura 5 – Remanescentes líticos indígenas



Fonte: BORDIGNON, 2015, p. 20-21.

Na imagem acima temos três artefatos: o primeiro deles foi encontrado na propriedade de Mateus Dal Pozzo e hoje está sob tutela de sua família. Corresponde a um machado de pedra polida com gume, muito comum em sítios arqueológicos de Tradição Taquara. A segunda imagem representa dois artefatos encontrados por Charles e Omar Dall’Agnol, na propriedade que a família adquiriu na Comunidade Arroio dos Moreiras. Correspondem à uma bola de boleadeira e uma ponta de flecha serrilhada, utilizados como instrumentos de caça por povos da tradição Umbu, a mais antiga datada até o momento no Rio Grande do Sul.

Embora sejam necessários mais materiais para estabelecer um panorama geral acerca da ocupação indígena no território, os relatos referente à existência das casas subterrâneas e o machado, apontam para a ocupação de

povos de tradição Taquara que provavelmente sucederam os povos de tradição Umbu, o que marca, até o momento, duas tradições indígenas distintas habitando o território de Paraí, uma ocupação múltipla, seguidas pelos caboclos – os quais possuem descendência indígena – negros e europeus.

Sobre a tradição Umbu, podemos afirmar que “desenvolveram uma indústria lítica com pontas de projéteis e bolas de boleadeira, facilmente manuseáveis em áreas abertas” (VICROSKI, 2011, p. 95) e que eram destinadas principalmente a caça. Assim, as áreas planas do território de Paraí, observado em uma conjuntura geral, favoreceram o desenvolvimento destes grupos.

Em Vista Alegre do Prata, foram identificadas diversas peças (figura 6) que recebem a denominação de mão-de-pilão e também mão-de-mó, sendo que essas segundas possuem as mesmas funcionalidades das primeiras, mas são menores e comumente utilizadas para macerar alimentos menores. Sobre esse tipo de peça da tradição Taquara, Kern afirma que “Os artefatos mais característicos foram denominados de ‘mão-de-pilão’, longos blocos de diabásio diaclasado, que alcançavam de 20 até 70 ou 80 cm de comprimento e foram submetidos a um processo de polimento” (2009 p. 45-46).

Figura 6 - Mão-de-pilão e mão-de-mó



Fonte: Acervo da autora

Cada uma das peças foi identificada em um local diferente, da esquerda para a direita, iniciamos com uma mão-de-mó, pertencente ao Colégio Monsenhor Peres, cuja origem é desconhecida; na sequência temos outra mão-de-mó, de propriedade de Lourdes Boschi, identificada próxima de um aglomerado de 3 casas subterrâneas pertencentes a tradição Taquara; em seguida apresentamos outra mão-de-mó, pertencente à Luiz Pedron, que identificou muitas outras peças em suas terras; a quarta peça é uma mão-de-pilão, identificada na propriedade de Concari; o quinto artefato também denominado de mão-de-pilão foi identificado pela família de Eduarda Spagnol junto a outras peças polidas; e o último artefato, também uma mão-de-pilão, foi identificado por Darci Aléssio em sua propriedade.

Apenas com essas peças já apontamos para a existência de 6 sítios arqueológicos indígenas em Vista Alegre do Prata pertencentes a tradição Taquara. O que nos respalda a chegar a essa conclusão é a presença de casas subterrâneas nessas localidades. Muitas dessas antigas habitações foram soterradas devido às atividades agrícolas realizadas, mas a oralidade dos munícipes indicando sua existência vem para confirmar o apontamento.

A exemplo disso, apontamos para os estudos de Pedron que, ao entrevistar alguns desses proprietários, coletou dados importantes. Darci Aléssio, por exemplo, afirmou que no local onde encontrou a peça, enquanto realizava atividades agrícolas, encontrou alguns buracos e teve que nivelar a terra com o arado (ALÉSSIO apud PEDRON, 2020, p. 57). Já Lourdes Boschi, afirma que onde encontrou o artefato, haviam três buracos, um ao lado do outro, com aproximadamente 4 metros de comprimento e que, durante o ano, ela plantava abóboras no local (BOSCHI apud PEDRON, 2020, p. 61).

Percebemos a falta de conhecimento acerca do passado pré-colonial na sociedade que, muitas vezes, leva a destruição destes patrimônios. Não cabe aqui culpabilizar os proprietários por ações tomadas sem entendimento, mas sim refletir acerca da nossa própria política de patrimônio. São escassas as informações acerca da existência de sociedades anteriores ao imigrante que chegam a esse grupo de pequenos agricultores, que por vezes sequer sabem que esses grupos possuíam artefatos e habitações distintas das que estão acostumados a ver. Muitas vezes é essa falta de entendimento que leva a estranheza, a destruição e a própria retirada dos materiais dos seus sítios

arqueológicos sem a devida busca por comunidades científicas para a realização de pesquisas dentro dos parâmetros legais.

Ao analisar a presença indígena em Nova Prata e em Protásio Alves, Xerri e Tessari, ao averiguar textos publicados na imprensa, identificou um depoimento dado pelo ex-prefeito de Nova Prata, Adolfo Schneider, de agosto de 1960, no ano II da publicação, do jornal denominado de “A Voz do Prata”, em uma coluna específica, “Recordar é Viver”, que buscava contar alguns aspectos históricos do município de Nova Prata, no qual Protásio Alves ainda pertencia. Adolfo Scheider descreve em seu relato, como se deu o processo de penetração na localidade e destaca que no território que hoje faz parte de Protásio Alves haviam grupos indígenas:

O atual território municipal era habitado por indígenas “coroados que, com o início da colonização, foram se internando para o norte do Estado, estando hoje seus descendentes, poucos aliás, nos toldos de Cacique Doble, Ligeiro e Caseiro, no município vizinho de Lagoa Vermelha. Os últimos que saíram do município o fizeram lá pelo ano de 1893, quando em consequência da Revolução Federalista, muitas famílias que residiam em municípios mais diretamente atingidos pela revolução, buscavam refúgio em zonas de pouca população, por isso, não frequentadas pelas forças digladiantes

Ao averiguar os Livros Tombos existentes na Paróquia de São João Batista, em Nova Prata, Xerri e Tessari (2020, p. 22) apontam que as informações contidas neles corroboram com os relatos do ex-Prefeito. Os manuscritos do Livro Tombo de 1914 indicam que por volta de 1850, as terras eram ocupadas por “bugres”, que estavam estabelecidos nas margens do Rio Retiro, onde faziam suas roças. Posteriormente, em meados de 1865, esse grupo vendeu suas terras para uma família e partiram rumo ao campo e, em seguida, voltaram para Capoeiras e mataram as pessoas que lá estavam, seguindo, depois, para o Rio Carreiro e para as Linhas Sexta e Sétima. Mas este não foi o único

conflito entre os indígenas e os novos moradores da localidade, a autora segue afirmando que ainda houveram conflitos referente a ataques nas lavouras ainda em 1883.

Sobre essa venda de terra mencionada acima, o Padre Carlos Porrini narra que “os bugres depois de venderem suas terras, foram para o campo, matando e roubando até moças, voltaram para Capoeiras e mataram os Diogos⁴, que faziam casas, e saíram para o Carreiro seguindo a direção entre a linha sexta e sétima.”⁵ Essa narrativa, feita por um pároco, expressa um sentimento de repulsa pelo seu autor aos indígenas, explícito na própria utilização do termo “bugre”, taxativo e de caráter depreciador, fortalecendo a visão disseminada na época onde o indígena era visto como um ser irracional e inescrupuloso, que atrasava os interesses do governo em prol do desenvolvimento.

Esse choque entre as culturas pesou em ambos os lados: inviabilizou o autossustento das populações indígenas que, apesar das resistências, não tiveram alternativa a não ser a recuada; e dificultou a instalação do imigrante que, ao adquirir sua nova terra, sequer sabia da existência de outros “donos” que iriam lutar para sustentá-la. O ônus de tudo isso foi a perda de incontáveis vidas de ambos os lados, especialmente do indígena, que não é um equívoco afirmar que foi a vítima mais afetada de todo esse processo e que na contemporaneidade ainda sofre com as consequências. O que poderia ter sido um rico e valoroso contato foi, em grande parte das vezes, um grande massacre cujos resultados ainda estão nítidos em nossa sociedade.

A violência não deve ser normalizada, nem no caso do indígena e nem referente ao imigrante. Porém, percebemos que as ações dos indígenas – que foram amplamente banalizadas e descritas em livros, cartas e documentos – de agressões, saques, assassinatos, sequestros, ataques e destruições de lavouras, foram uma forma de tentar impor domínio sobre suas terras e, apesar do imigrante responder – muitas vezes – com a mesma moeda, apenas o indígena foi intitulado como selvagem e inescrupuloso. Não nos referimos aqui que o

⁴ Sobrenome dado à família que havia comprado a terras dos indígenas e lá se estabeleceram.

⁵ Para obter informações mais aprofundadas, sugerimos a leitura do Livro Tombo da Paróquia de Nova Prata, de onde foram retiradas algumas das informações.

imigrante mereça esse título, mas intencionamos apontar parte das raízes históricas cujas consequências ainda respingam na nossa sociedade.

Ainda, para reafirmar a comprovação da existência de grupos indígenas explorando o território de Protásio Alves e Nova Prata, Xerri e Tessari (2020, p. 23) aponta para as evidências arqueológicas (figura 7) encontradas em uma propriedade particular. Os artefatos líticos foram supostamente recolhidos de seu local de origem – o sítio arqueológico – pelos proprietários e arquivados na própria residência, seja com a finalidade de salvaguardar por já ter conhecimento de pertencerem a grupos pré-coloniais ou por mera curiosidade devido ao formato particular das pedras.

Figura 7 - Artefatos líticos de Protásio Alves e Nova Prata



Fonte: Vestígios da ocupação indígena coletados por Luiz Scapinelli. 27/11/2019. Autoria: Anthony Beux Tessari (XERRI; TESSARI, 2020, p. 23).

Na imagem, podemos observar que os artefatos foram utensílios utilizados pelos povos de tradição Taquara, isso porque as grandes mãos-de-pilão polidas são características marcantes do grupo, além de serem facilmente identificadas em sítios arqueológicos e até mesmo guardadas em acervos

particulares de agricultores que, comumente, encontram durante as atividades agrícolas e acabam recolhendo por considerarem uma peça que chama atenção.

Conclusão

Tendo como referência os dados apontados durante o trabalho e partindo da perspectiva de ocupação humana geral do Rio Grande do Sul, estimamos que em um período de aproximadamente 200 a 300 anos AP, a região de estudo ainda era ocupada por populações indígenas que, gradativamente, foram dando espaço às novas ondas de imigrantes europeus que passaram a se estabelecer na região. Observamos, também, que essas populações tiveram contato com os europeus ainda nos primeiros anos de imigração e desenvolveram relações, acordos, desavenças, entre outros. Após esse processo de contato entre ambos, a ocupação indígena foi cedendo lugar à expansão das colônias de imigrantes. Isso fez com que os grupos fossem se direcionando cada vez mais ao planalto até desaparecerem de algumas localidades por diversas circunstâncias, muitas delas historicamente conhecidas.

Todavia, com base nas técnicas empregadas na confecção dos remanescentes líticos e cerâmicos existentes nos sítios arqueológicos averiguados, acreditamos que a ocupação humana na região nordeste do Rio Grande do Sul, especialmente na Colônia Alfredo Chaves, possui bem mais de 300 anos. Podemos estimar a existência de seres humanos explorando o território por aproximadamente 6.000 anos AP, isso porque foram identificados, inclusive, vestígios da tradição Humaitá e Umbu, cujas pesquisas arqueológicas apontam para a presença deste grupo no Rio Grande do Sul a partir deste período. Isso não descarta a possibilidade de existirem grupos esporadicamente circulando pelo território antes deste tempo.

Referências Bibliográficas

BECKER, Ítala Irene Basile Becker. *O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul*. In: SCHMITZ, Pedro Ignacio. *Pré-história no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa. 2. ed. 2006. P. 125-148.

BISSA, W.M.; DIAS, A.S.; CATHARINO, E.L.M. *Reconstituição paleoclimática do vale do Rio Caí, nordeste do Rio Grande do Sul, com ênfase nas ocupações humanas*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 19: 143-154, 2009.

BORDIGNON, Simone. Paraí: fotografias e história 100 anos de resgate (1890-1990). Gráfica Serafinense: Paraí, 2015.

BRINGMANN, Sandor Fernando. *Kaingang vs. colonos: um fenômeno de fronteiras étnico-geográficas no Rio Grande do Sul do século XIX*. *Histórica* – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n° 35, 2009. Disponível em: <
<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao35/materia02/texto02.pdf>>. Acesso em 24 de jun. 2022.

DORNELLES, Soraia Sales. Encontros e (des)encontros ao “fazer a América”: indígenas e imigrantes no Rio Grande do Sul do século XIX. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. *Anais [...]*, 2011.

FOGAÇA, Paula. *Patrimônio e paisagem cultural: a imigração italiana em Veranópolis/RS – Brasil*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Meridional, Passo fundo, 2019.

KERN, Arno. *Pré-história e ocupação humana*. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.) KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (Dir.). Povos Indígenas. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 15-50 (Coleção História Geral o Rio Grande do Sul, v. 5).

MACHADO, Ademir José. *Avançar, Adaptar e Permanecer: A Tradição Tupiguarani no Médio Rio das Antas*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: PPGH/Unisinós, 2008.

MANTELLI, Jussara. O processo de ocupação do noroeste do Rio Grande do Sul e a evolução agrária. *Geografia*, Rio Claro, v. 31, n. 2, p. 269-278, mai./ago. 2006

PEDRON, Valéria. *A história pré-colonial em Vista Alegre do Prata/RS*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História). Curso de Graduação em História, Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2020.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. *Pré-história no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa. 2. ed. 2006.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

VICROSKI, Fabrício José Nazzari. *O Alto Jacuí na Pré-História: subsídios para uma arqueologia das fronteiras*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2011.

XERRI, Eliana Gasparini; TESSARI, Anthony Beux. *Um olhar para as origens: história do município de Protásio Alves*. Protásio Alves: Editora Caxias, 2020.